



O OLHAR E A UTILIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO PELOS PROFESSORES DE HISTÓRIA DA CIDADE DE JACAREZINHO

THE USE OF TEXTBOOKS BY TEACHERS OF HISTORY IN JACAREZINHO, PR.

Andressa Fernanda Pereira *

RESUMO

O presente artigo analisa como o livro didático de História é utilizado nas escolas estaduais da cidade de Jacarezinho/Paraná. Para tal, pesquisamos a história dos manuais didáticos no Brasil, os programas governamentais que distribuem livros didáticos no país e por fim, a sua utilização dentro da sala de aula. Como embasamento teórico utilizamos obras de Circe Bittencourt (2008), Flávia Caimi (1999) e Jean Moreno (2014). A metodologia empregada consistiu em um questionário voltado para os professores e posteriormente observação das aulas desses mesmos professores a fim de entender como veem e aproveitam o material que lhes é oferecido. Isto, na perspectiva de respondermos as seguintes questões: A maneira como o professor utiliza o livro didático auxilia o aprendizado? O livro didático é tido como única fonte do conhecimento histórico em sala de aula?

PALAVRAS-CHAVE: Livro didático. Sala de aula. Ensino de História.

ABSTRACT

This article presents the analysis of how the History textbook is used in state schools in the city of Jacarezinho/Paraná. To do so, we researched the history of textbooks in Brazil, the programs responsible for their distribution and their use in the classroom: Does the teacher use of the textbook helps learning? Is the textbook the only source of historical knowledge in the classroom?

KEYWORDS: Textbook. Classroom. History teaching.

* Graduada em História. Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP. dessahpereira@hotmail.com

Breve contextualização do surgimento dos livros didático

O sistema educacional e a produção do didática estão diretamente articulados. A origem do livro didático está ligada ao poder instituído e é isto que o diferencia das demais produções. (BITTENCOURT, 2008).

Durante o século XIX, o Estado brasileiro sofreu influência do ideal liberal europeu e viu-se então, obrigado a expandir os direitos políticos e civis a população mais pobre, e a educação não ficou de fora, era necessário ofertar o ensino a toda população, pois neste contexto de modernização industrial da sociedade era necessário que a população fosse letrada e isto incluía trabalhadores livres, tendo então a pretensão de libertar escravos e incluí-los também ao ensino porém, foram poucos os projetos de educação voltada a este grupo.

Neste contexto, Estado e Igreja ora juntos, ora separados, criavam projetos educacionais para suprir seus interesses. Com o poder do saber em suas mãos, o livro didático seria então um importante meio de manter este controle:

Os livros didáticos foram concebidos para que o Estado pudesse controlar o saber a ser divulgado pela escola. [...] representou um dos traços característicos da produção cultural feita por uma elite que procurava se inserir no mundo “civilizado”, preservando, de maneira intransigente, privilégios de uma sociedade hierarquizada e aristocrática. (BITTENCOURT, 2008, p. 61).

Os projetos educacionais visavam trazer livros de outros países, em especial os franceses, e traduzi-los para o português. Na ausência da tradução usavam-se os próprios manuais importados e a história europeia era tido como a verdadeira história da civilização. No decorrer dos anos observou-se que a “nacionalização” era favorável para o domínio estatal, era preciso, então, projetos civilizatórios nacionais.

A produção dos livros sobre a História do Brasil tinha de ser diferenciada das demais, pois como se tratava da história nacional, não podiam recorrer aos escritos estrangeiros. Os autores procuravam glorificar a nação, dando destaque somente aos

grandes “heróis da pátria” e aos grandes acontecimentos, com o intuito de criar um sentimento de nacionalismo nas pessoas. Assim, a História passa a ser uma “disciplina da formação da cidadania”: “A produção da História do Brasil limitara-se a criar um tipo de nacionalismo no qual se aliava Estado-Nação e excluía-se o povo”. (BITTENCOURT, 2008, p. 151).

Desde o surgimento da escola pública o professor era visto como um profissional mal preparado, sem uma formação específica, era poucos os que tinham acesso a algum curso de especialização. Por conta dessa situação, “o papel do livro didático ganhava destaque ao fornecer ao professor leigo o método e o conteúdo de ensino, possibilitando a uniformização desejada pelo projeto de escolarização” (MORENO, 2014, p. 105), que se limitavam ao método que os autores buscavam incentivar: a memorização dos conteúdos expostos pelo professor.

Programas de distribuição dos livros

O livro didático vai então sendo inserido para suprir essas necessidades: a de nacionalização com o intuito de desenvolver nas pessoas um sentimento de amor à pátria e do professor leigo a fim de suprir os profissionais mal preparados, porém como já foi citado o material era importado de países europeus e o alto preço fez com que aos poucos fosse se desenvolvendo uma política de produção própria no país. No estado do Paraná, por exemplo, a escolha e a distribuição dos manuais didáticos do início do século XX passavam pelas mãos do governador conforme nos apresenta Claudio DeNipotti:

Segundo o Regimento da Instrução Pública do Paraná, os livros adotados para o ensino primário seriam escolhidos por uma Congregação de professores do Ginásio Paranaense e Escola Normal, submetidos à aprovação do Governador, que por sua vez nomearia uma comissão de três professores “para dar juízo crítico sobre os livros a adotar-se” e cujo parecer voltaria para a Congregação para debate”. Essa Congregação também dava pareceres sobre obras didáticas a serem editadas ou patrocinadas pelo Governo estadual. (DENIPOTTI, 2001, p. 82).

Em 1929 é criado o Instituto Nacional do Livro (INL) com o intuito de legislar as políticas sobre tal material, além de incentivar sua produção; em 1938 é implantada a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), responsável pela avaliação e aprovação do material no país, essa comissão era atribuída pelo Estado; em 1945, é consolidada a legislação sobre as condições de importação, distribuição e utilização do material, sendo restrita ao professor a escolha do livro a ser utilizado pelos alunos; a partir de 1966, a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), foi o órgão responsável pelos livros didáticos, em acordo entre o MEC e a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

Em 1971, com o fim do acordo e a extinção da COLTED, o INL estabeleceu um sistema de coedição com editoras nacionais privadas através do Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF) e os Estados tiveram de passar a contribuir financeiramente; em 1976, a administração do PLIDEF é passada a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), com recursos provindos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e das contribuições estatais; em 1983, é criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) que incorpora o PLIDEF, propõem a participação dos professores na escolha dos livros.

A história do livro didático é marcada por uma série de criações e substituições de comissões feitas pelo governo para garantir a produção e distribuição do material didático às escolas públicas. Estas comissões não estavam voltadas para a qualidade do livro didático e deixavam isso a cargo dos professores que deveriam escolher o material a ser utilizado em sala de aula. (BATISTA, 2011, p.22).

Como podemos perceber segundo o que a autora nos diz, é que o livro didático é um material presente no mercado que tem por objetivo também o seu consumo, ficando, muitas vezes, para segundo plano a qualidade dos seus conteúdos e dos conhecimentos a serem ensinados.

Em 1985, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) substitui o PLIDEF e realiza mudanças como a reutilização do livro, fim da participação financeira dos Estados, indicação dos livros pelos professores e no decorrer dos anos há ainda maiores abrangências e modificações, com o intuito de aprimorá-lo. E em 1996, inicia-se o processo de avaliação pedagógica, é publicado o primeiro Guia dos Livros

Didáticos com critérios avaliativos estabelecidos e é este programa que está em vigor até nos dias atuais.

Este processo consiste primeiramente em abertura de um edital publicado pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC voltado para as editoras inscreverem suas obras, depois, são passadas por uma comissão técnica integrada por especialistas das diferentes áreas em questão que avaliará quais obras estão dentro das normas estabelecidas. Das obras aprovadas são feitas resenhas que irão constituir o Guia dos Livros Didáticos – este é enviado a todas as escolas participantes, que são aquelas que participam do Censo Escola do INEP e que a rede a qual é vinculada efetivou formalmente a adesão ao programa, atualmente é disponível também no site do FNDE a versão online do guia. Tanto a versão impressa, quanto a digital são enviadas e publicadas respectivamente um ano antes do uso das obras para que sejam escolhidos pelos professores e escolas.

O PNLD é o maior programa do mundo de distribuição gratuita de livros didáticos. A sua primeira versão (1996) ofereceu livros de 1ª a 4ª série; já em 1997 foram distribuídos livros de Alfabetização, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Estudos Sociais, História e Geografia para a 1ª a 8ª série do fundamental público; em 2000 são distribuídos dicionários de português para os alunos de 1ª a 4ª série; em 2001 a fim de alcançar um público maior, é feita a distribuição de livros em braile para alunos deficientes visuais; em 2004 pela primeira vez é feita a distribuição de alguns livros didáticos para o 1º ano do Ensino Médio atingindo apenas a região nordeste; em 2006 é feita uma distribuição parcial de livros de Português e Matemática para todos os anos do Ensino Médio e todas as regiões do país e ainda em 2006, acontece a distribuição para o Ensino Fundamental I de dicionários enciclopédicos ilustrados trilingue para alunos surdos e por último em 2009, é distribuído integralmente no Ensino Médio livros de Português, Matemática, Biologia, Física, Química, Geografia e História. Atualmente são distribuídos livros para todos os graus de ensino das matérias de Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, Língua Estrangeira, dicionários e até mesmo livros em libras, entre outras disciplinas como Filosofia e Sociologia.

Diferentemente dos programas anteriores com a produção e distribuição centralizada com o interesse maior no mercado, o PNLD junto com o PNLEM (Programa Nacional do Livro Didático para Ensino Médio) e o PNLA (Programa

Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos) garantem a descentralização na política do material. Tratarei mais adiante da edição do guia, mais especificadamente da parte da disciplina de História, fonte da minha pesquisa.

Como podemos perceber os manuais foram trazidos ao Brasil com um objetivo, mas com as mudanças e aperfeiçoamento ou não de suas políticas, ele foi também mudando seus propósitos, muitas vezes banalizado devido à ligação com o poder, com o mercado e até mesmo por ser considerado um simplificador do conhecimento. É daí que surge a necessidade de colocá-lo como objeto de estudo para que se torne um instrumento auxiliar – não único, verdadeiro e absoluto – do professor e de seus alunos, capaz de possibilitar a apreensão, produção e criticidade do conhecimento histórico, construindo um olhar positivo perante tal, podendo usufruir das melhores formas e não transformando-o numa “arma para sua atividade pedagógica”. (SOUZA, 1998, p. 278).

Pois, segundo Ironita Machado

A situação concreta dos professores revela que a predominância do senso comum não é uma opção (salvo algumas exceções), pois, em sua caminhada, eles se defrontam com diversas problemáticas, tais como: uma formação inadequada, baixa remuneração, muitas aulas, várias escolas, muitos alunos, [...]. Por outro lado, existe uma parcela de descompromisso, comodismo, desorganização enquanto categoria profissional. (MACHADO, 1999, 81).

Assim, é possível perceber que são vários os pontos a serem levados em conta se tratando do livro didático como arma ao invés de auxílio pedagógico, desde a deplorável situação da profissão professor em nosso país e até mesmo uma falta de compromisso por parte de alguns. As duas questões, no entanto, fazem parte também de algo que foi construído e está até hoje presente em nossa sociedade: o modelo comportamental e ideológico do ser professor.

Métodos e materiais

Foi considerando a fala de Machado que busquei entender como o professor de história da rede básica do município onde resido tem utilizado essa importante fonte (o livro didático) em suas aulas.

Para isto, durante o primeiro semestre do ano de 2017 acompanhei aulas de história de três das seis escolas da cidade de Jacarezinho, sendo elas: Escola Estadual Imaculada Conceição, Colégio Estadual Luiz Setti e Colégio Estadual Rui Barbosa, as quais utilizam as seguintes coleções didáticas: *Projeto Araribá*, *História, Sociedade & Cidadania e Vontade de Saber*, respectivamente.

Essas coleções fazem parte de uma das edições do guia PNLD – o Guia PNLD 2017 dos anos finais do ensino fundamental ou ensino fundamental II como também é chamado e foi disponibilizado no ano de 2016 para que as escolas pudessem fazer suas escolhas.

Da disciplina de História foram disponibilizadas quatorze coleções como opção para escolha, sendo elas: *Historiar* de Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues; *Projeto Mosaico – História* de Cláudio Vicentino e José Bruno Vicentino; *Vontade de Saber – História* de Adriana Dias, Keila Grinberg e Marco Pellegrini; *Projeto Araribá – História* de Maria Raquel Apolinário; *História para o nosso tempo* de Flávio Berutti; *Estudar História: das origens do homem à era digital* de Patrícia Ramos Braick; *História nos dias de hoje* de Flávio de Campos, Miriam Dolhnikoff e Regina Claro; *Projeto Teláris – História* de Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi; *Projeto Apoema – História* de Renato Mocellin e Rosiane de Camargo; *História.doc* de Daniela Buono Calainho, Jorge Ferreira, Ronaldo Vainfas e Sheila de Castro Faria; *Piatã – História* de Carla Maria Junho Anastasia e Vanise Maria Ribeiro; *História, Sociedade & Cidadania* de Alfredo Boulos Júnior; *Jornadas.hist – História* de Maria Luísa Vaz e Silvia Panazzo; *Integralis – História* de Célia Cerqueira, Maria Aparecida Pontes e Pedro Santiago.

Vejamos um pouco sobre as obras escolhidas pelas escolas acompanhadas de acordo com o Guia PNLD:

A coleção Projeto Araribá – História é organizada cronologicamente (como a maioria das coleções desta edição) e sobre esta característica o guia traz a seguinte afirmação: “O enfoque cronológico não descaracterizou o caráter temático, atualizado

e reflexivo da coleção e o movimento de relação com o presente político, cultural e a vida cotidiana dos alunos” (Guia PNLD História, 2017, p. 57). A obra foca para a leitura de textos para compreensão da análise temática e motiva o trabalho com fontes textuais e não textuais como fotografias, charges, mapas entre outros. É possível perceber uma preocupação em compreender o aluno como sujeito da história: leva em conta o conhecimento prévio, dá importância na relação do passado e presente e a vida prática do aluno é o trabalho central da coleção. É um trabalhado constante no exercício da relação do passado com o presente e do presente com o passado. São abordados conceitos como: Identidade, historiografia, memória, sujeito histórico e tempo. Também traz a História do Brasil integrada a História Geral e promovem a interdisciplinaridade. Trabalha questões como preconceito, desigualdades e discriminação racial buscando levar a atitude de respeito às diferenças culturais e sociais e de tolerância, estimulando na formação de opiniões sobre tais. Encontra-se uma quantidade expressiva sobre a temática da mulher, referindo à afirmação de sua autonomia no mundo contemporâneo. (Guia PNLD História, 2017 p. 57-62).

A coleção História, Sociedade & Cidadania é organizada cronologicamente e foca na formação de leitores e escritores críticos, sujeitos capazes de pensar historicamente. Historiografia, cultura, memória, acontecimento, tempo, sequência, encadeamento, duração, sucessão, periodização, fato e simultaneidade são alguns dos conceitos trabalhados durante toda a coleção, fica perceptível que a coleção traz uma abordagem mais política da história. Também integra a História do Brasil com a História Geral e promovem a interdisciplinaridade. O trabalho com a História da África, afrodescendentes e indígenas merece uma atenção especial, sendo trabalhados como agentes da história, mostrando não somente sobre escravidão, mas também suas lutas e conquistas tanto no passado quanto no presente, trazendo aspectos afirmativos destes povos. Aborda a questão de gênero, principalmente problematizando sobre a importância do papel da mulher na história. A linguagem e fontes variadas permitem desenvolver aspectos críticos e de autonomia dos alunos, há orientações em praticamente todos os temas abordados do uso de recursos por meio da internet, um auxílio e estratégia para o professor. (Guia PNLD História, 2017, 105-110).

A coleção Vontade de Saber assim como as já citadas, é organizada cronologicamente. É destacada a diversidade da presença de gêneros textuais sempre

orientando o professor a utilizá-los como fonte, possibilitando assim, diversas formas de trabalho com imagens como fontes historiográficas, trabalhos interdisciplinares e transversais. Em todos seus capítulos contempla o conhecimento prévio do aluno e leva em conta sua progressão. Preocupa-se com a formação cidadã dos alunos, aborda questões sobre o racismo, preconceitos e desigualdades. Integra a História do Brasil à História Geral. Noções de historiografia, tempo e memória são trabalhados em todos os volumes. Questões de gênero ressaltando a importância das mulheres na história são retratadas e apesar de trabalhar com as relações étnicas raciais abordando temas sobre a História da África, afrodescendentes e indígenas, este último é apresentado de forma limitada como, por exemplo, os conflitos e situações indígenas no Brasil, sendo necessário que o professor busque outras fontes como auxílio. (Guia PNLD, 2017, p.51-56).

É importante citar que estes breves relatos referentes as coleções não foram feitos através da análise direta das suas obras e sim baseadas nas análises realizadas pelos avaliadores e produtores do Guia PNLD História 2017.

As respostas adquiridas a partir do questionário

Para que pudesse efetuar minha pesquisa escolhi oito professores – mais de 30% dos professores concursados que atuam na cidade de Jacarezinho que posteriormente chamarei de professor A, B, C, D, E, F e G para responder um questionário e assistir suas aulas. Apesar de observar as aulas apenas em três colégios, esses professores também têm aulas nas outras instituições da rede básica pública da cidade, os quais não acompanhei. Dos oito, um deles apenas respondeu ao questionário, mas não permitiu que acompanhasse suas aulas.

Primeiramente, analisemos as respostas adquiridas segundo os questionários para sabermos um pouco mais desses profissionais: Todos os professores entrevistados estudaram na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho (FAFIJA), atual UENP. Dois deles formaram-se entre 1980 a 1985, um entre 1986 a 1991, um entre 1992 a 1997, três entre 1998 a 2004 e um em 2009. Quando perguntado por que escolheram cursar História quatro professores disseram que sempre gostaram da

matéria, três citaram a influência de bons professores que tiveram e um ainda falou da falta do profissional na região: “*Na época foi a falta de professor de história*”; “*Sempre gostei de estudar história*”; “*Sempre gostei de história*”; “*Influência de meus pais e professores*”; “*Tinha uma professora maravilhosa*”; “*Gostar dessa disciplina*”; “*Gostava na disciplina na escola*” e “*Tive um excelente professor que despertou o meu interesse*”.

Em relação ao Guia PNLD cinco relataram que tiveram contato direto com o mesmo, quatro disseram que todos os professores de história da instituição entraram em acordo para escolher a coleção, enquanto dois disseram que todos os professores escolheram uma mesma coleção para todas as disciplinas e um não soube informar – esta questão ficou um pouco equivocada, pois esses dois professores que relataram ter escolhido as coleções junto com os professores de outras disciplinas são das mesmas instituições dos que disseram ter escolhido apenas entre os professores de História.

Na questão sobre o que mais lhes chamou atenção na coleção coloquei quatro alternativas além de uma “outra”: Três assinalaram a “variedade de fontes”, três a “relação do conteúdo com a realidade do aluno”, dois a “maneira que as atividades são propostas”, nenhum assinalou a opção enfoque político e social e nem apontou uma nova alternativa. Cinco avaliaram a coleção como sendo boa e três como ótima, quando perguntado se há algo que não lhes agradou apenas um respondeu “*a seleção de fatos e sua relevância*”, enquanto todos os outros disseram “*não*”. Sobre o uso em sala de aula quatro pretendem utilizar o livro em todas as aulas, dois ao menos uma aula por semana e outros dois apenas quando necessário para complementar algum conteúdo ou trabalhar com imagens.

Infelizmente, senti uma falta de desinteresse e compromisso nesta etapa da pesquisa por parte dos professores. A começar pelo retorno que recebi, a princípio foi elaborado um questionário que seria respondido online, porém obtive apenas uma resposta, portanto, foi necessário confeccionar o questionário impresso para ser entregue pessoalmente a eles, outro ponto foi em relação às respostas como, por exemplo, da pergunta sobre algo que não lhes agradou nas coleções em que com exceção de um, as outras respostas foram “*não*”, além do equívoco já mencionado.

A formação dos professores e suas aulas

A professora A formou-se entre os anos de 1980 e 1985, fez pós-graduação em Ensino de História e Gestão Escolar, além do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE¹ na área de pedagogia. Tem 32 anos em sala de aula. Pude perceber que o uso do livro didático por ela é contínuo, “como recurso único e absoluto” (Caimi, 1999, p. 26). Isto justifica-se logo no plano de ensino anual, que na parte do conteúdo programático encontra-se os temas e subtemas contidos no sumário do livro didático. Em todas as aulas observadas ela passa aos alunos atividades de transposição de conteúdo, cópias das atividades dos livros para responderem no caderno – não mobilizando o conhecimento prévio, quando não é atividade do próprio livro, escreve no quadro questões (perguntas e respostas) que os alunos transcrevem do livro para o caderno e depois “ganham” nota por terem realizado. Um exemplo desses tipos de atividade foi observado na sala dos 8º anos em que ela escreveu no quadro “*Atividades: respostas da p. 91 e 92*”.

O professor B formou-se entre os anos de 1992 e 1997, dá aulas em dois colégios de Jacarezinho, tem 25 anos de sala de aula, é pós-graduado em Educação do Campo – Escolas itinerantes e possui mestrado em História Econômica. Nestas aulas percebi que o professor utiliza o material em todas as aulas, porém não tanto quanto a professora A. Apesar de que, o livro aqui continua tendo o papel de “ditar” o conteúdo a ser abordado, o professor procura complementar suas falas, um exemplo foi sobre a aula de “Criacionismo e Evolucionismo” em que ele ia lendo e explicando os parágrafos ou pedia para algum aluno ler e explicava, e em uma outra aula sobre Revolução Industrial ele chegou com uma pergunta “O que você lembra quando fala em Revolução Industrial?” instigando os alunos e depois foi usando o livro novamente para complementar suas falas. A linguagem dele é muito formal e de difícil acesso à faixa etária dos alunos.

A professora C, formou-se entre os anos de 1998 e 2004, está em sala de aula há 15 anos, pós-graduada em História e Historiografia e em Educação Especial com

¹ O PDE é uma política pública do Estado paranaense que estabelece o diálogo entre os professores do ensino superior e os da educação básica afim de produzir conhecimento e mudanças qualitativas na prática escolar da escola pública paranaense.

ênfase em sala de recursos, atualmente faz Curso de Direito. Suas aulas são bem parecidas com a professora A, ela sempre passa atividades do livro “atividades da página 28 e 29”, dando impressão que é uma forma de “manter a ordem” da classe e também como um passatempo, percebi uma grande falta de vontade pela aula por parte dela e após a aula tivemos uma conversa – da qual comprovei esta suposição: ela diz-se cansada, sem esperança e ânimo para a Educação.

A professora D também formou-se entre 1998 e 2004, está em sala de aula há 8 anos e tem aulas em três colégios de Jacarezinho. É especialista em História e em Educação Especial, Professora PDE desde 2014 com o projeto “*Aprende história brincando?*”. Essas aulas foram, em minha opinião, as mais diferentes do padrão se comparada com as demais, isto porque em suas aulas ela utiliza o livro apenas quando acha necessário para complementar sua narrativa e/ou também pegando alguma imagem para destacar algum conteúdo, como na aula sobre os indígenas em que ela mostra alguns artefatos que utilizavam. Esta professora busca promover debates em sala com atividades mais dinâmicas, percebe-se certa independência quanto ao livro, que apesar de ser um mecanismo facilitador, não é utilizado como manual do professor.

A professora E formou-se entre 1986 e 1991, está em sala de aula há 20 anos, tem aulas em três colégios de Jacarezinho e possui Pós em História. As aulas desta professora remeteram-me ao meu tempo dos anos iniciais do ensino fundamental, pois o livro em suas aulas é como Bittencourt exemplifica em sua tese quando diz do papel do material em seus primórdios: “O livro didático deveria ser utilizado como instrumento de memorização, ocasionando a prática do saber de cor”. (BITTENCOURT, 2008, p. 216) Em uma de suas aulas, a professora solicita que os alunos copiem as atividades dos livros e respondam em seus cadernos, após determinado tempo pede para que algum aluno leia enquanto os outros acompanham a leitura, feito isso ela mesma vai lendo a pergunta enquanto os alunos vão falando a resposta em voz alta, em forma de coro: Professora: “Homo...”; alunos: “...sapiens”.

A professora F formou-se em 2009, está em sala de aula há 7 anos, tem aulas em dois colégios da cidade e possui curso de especialização em História. Suas aulas possuem uma narrativa bem elaborada, ela utiliza mapas para situar os alunos no espaço e geralmente passa um pequeno texto de apoio (resumo) sobre o conteúdo trabalhado. O livro didático geralmente é usado como fonte de pesquisa para seus alunos, numa

determinada aula, por exemplo, após trabalhar a temática Hebreus, passou uma atividade avaliativa na qual deveriam pesquisar no livro e no resumo para responder, também avisou que a próxima aula trabalhariam os Fenícios solicitando que pesquisassem sobre eles no livro para ficarem mais interagidos com o assunto e pudessem então tirar alguma dúvida caso precisassem.

O professor G, formou-se entre 1998 e 2004, está atuando em sala de aula há 6 anos e possui especialização. Suas aulas são semelhantes com a da professora F, utiliza mapas às vezes desenhado por ele mesmo no quadro, recapitula brevemente o conteúdo já trabalhado e assim vai construindo sua narrativa utilizando sempre uma linguagem próxima de seus alunos. Enquanto vai explicando a matéria pede (quando necessário) para que os alunos abram o livro em alguma página que possua alguma imagem sobre o assunto, como exemplo a trajetória dos hebreus ilustrada na página 137 e uma foto da Torá. Em outra aula, pediu para que uma aluna lesse um parágrafo do texto no livro didático, complementou com suas falas e assim sucessivamente, depois pediu para que abrissem na página 136 para que através do texto pudessem produzir um texto com os conceitos “divindade, monoteísmo e hebreus”. Após a aula comentou comigo que é a maneira que encontrou de exercitar a leitura e a escrita dos alunos, pois possuem enorme dificuldade quanto a isso.

A última professora formou-se entre 1980 e 1985, e diz que pretende usar o livro em todas as suas aulas, infelizmente, não permitiu que eu acompanhasse justificando que os alunos ficam muito agitados com a presença de estagiários na sala, podendo então aproveitar apenas as respostas obtidas pelo questionário.

Considerações finais

Por estas observações fica evidente o uso contínuo do livro didático nas aulas de história como um ditador do conteúdo – não só como um material de apoio, mas sim como fonte única de pesquisa, pois apesar de alguns dos professores não usarem os livros em todas as suas aulas ou usá-lo apenas para complementar algo, o plano anual curricular é feito a partir dos conteúdos presentes no livro.

Quando digo que o livro didático é ditador de conteúdo, minha intenção não é vê-lo como um material vulgar ou que deve ser evitado em sala de aula, porém torna-se necessário que o professor tome consciência de sua autonomia, de seu papel de pesquisador e da função do material como uma fonte auxiliar, que irá ajudá-lo junto com outras fontes. É o professor que deve ser autor do seu plano de ensino.

Assim, por mais que o professor tente utilizá-lo como um facilitador e auxiliador do aprendizado o livro acaba sendo um empecilho difícil de ser dominado, já que o professor acaba tornando-se incapaz de selecionar os conteúdos condizentes com a realidade dos seus alunos e menos ainda ir além do que os livros trazem.

E se formos analisar essa situação há alguns anos, temos uma situação semelhante:

Na década de 1980, Maria Laura P. B. Franco realizou pesquisa sobre livro didático [...]. Obteve como resposta de 80% dos professores consultados ser o livro didático o principal recurso utilizado não só como apoio didático pedagógico, mas como fonte de consulta pessoa em boa parte dos casos. (CAIMI, 1999, p. 25).

Acredito ser essencial uma formação específica de como utilizar o livro didático voltado aos professores da educação básica para que se tornem aptos a usufruir de melhor forma deste material, pois como pude perceber mesmo os professores que chegaram a ter contato direto com o Guia PNLD 2017 não sabem ao certo qual a finalidade do mesmo.

Mas, antes de tudo, como já foi citado não podemos desconsiderar as condições de trabalho a qual estão submetidos: formação inadequada, número excessivo de turmas e alunos, poucas horas atividade, baixos salários entre outros fatores.

Geralmente, o professor é “jogado” junto com o livro em sala de aula e o que vemos são julgamentos de sua incompetência por não saber fazer um bom uso do material.

O Estado sendo o responsável pela manutenção da educação poderia, no entanto, junto com educadores buscar solucionar este problema que não está propriamente nos professores e nem nos livros didáticos em si, mas no sistema educacional como um todo. O PNLD sendo o maior programa de distribuição de livros didáticos do mundo deveria voltar seu olhar para aprimorar esta questão, os livros didáticos melhoraram e vem melhorando cada vez mais, porém como podemos perceber apenas isto não basta, é preciso pensar em métodos para que o trabalho com o material venha a ser algo positivo.

E foi esse o propósito desta pesquisa, num primeiro momento conhecer e analisar como o livro didático de História é utilizado pelos professores em sala de aula para que mais adiante possibilite a busca por novas trajetórias e metodologias. A fim de questionar: Que caminhos podemos seguir para transformar o livro didático num objeto que contribua no aprendizado e na construção do conhecimento histórico?

Referências

- BATISTA, Amanda Penalva. *Uma análise da relação professor e o livro didático*. Salvador, 2008. Disponível em < <http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/Monografia-Amanda-Penalva.pdf>> Acesso 27 de fevereiro de 2017.
- BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber histórico 1810-1910*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- CAIMI, Flávia E.; organizado por Astor Antônio Diehl. *O livro didático*. Passo Fundo: Ediupf, 1999.
- DENIPOTTI, Cláudio. Um homem no mundo do livro e da leitura. *Revista de História Regional* (UEPG) 6 (2), inverno de 2001.
- Guia PNLD 2017 História. Disponível em < <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/guia-do-livro-didatico/item/8813-guia-pnld-2017>> Acesso em 27 de fevereiro de 2017.
- MACHADO, Ironita A. P. organizado por Astor Antônio Diehl. *O currículo de História em transição*. Passo Fundo: Ediupf, 1999.
- MORENO, Jean C. *Quem somos nós? Apropriações e representações sobre a(s) identidade(s) brasileira(s) em livros didáticos de história (1971-2011)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.
- SOARES, Jadson B., SOUZA, Wendell O. *Memorial do PNLD: Elaboração, natureza e funcionalidade*. Disponível em <<http://www.cchla.ufrn.br/shXIX/anais/GT23/ARTIGO%20-.pdf>> Acesso em 27 de maio de 2016.
- SOUZA, Deusa Maria. *Livro Didático: Arma Pedagógica?* Disponível em <http://200.144.182.130/revistacrop/images/stories/edicao4_5/v045a17.pdf> Acesso 05 de abril de 2017.
- Portal do FNDE: *Histórico*. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>> Acesso em 28 de maio de 2016.